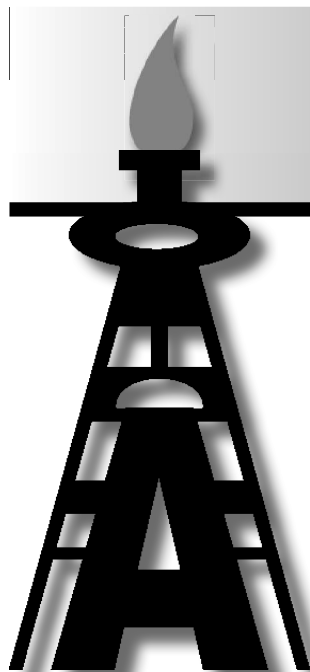


Órgão Informativo da Associação de Aposentados e Anistiados da Petrobras - ASTAPE-RJ - Exemplar Gratuito

FILIADA A FENASPE

SETEMBRO - 2018



# ASTAPE



## Fala Presidente

Genobre Gomes Lima



## Denunciando a entrega da cessão onerosa

Em 2010 a União celebrou com a PETROBRÁS um contrato de CESSÃO ONEROSA.

Pelo contrato, com fundamento na lei nº 12.276, a União cedeu, onerosamente, à PETROBRÁS, o direito de explorar e produzir, em seis blocos do Pré-Sal, Bacia de Santos, até 5 bilhões de barris de óleo equivalente.

Pela cessão, a PETROBRÁS pagou, em 2010, um preço médio de US\$ 8,51 por barril, US\$ 42,5 bilhões, R\$ 74,8 bilhões ao câmbio da época, cerca de R\$ 1,76/dólar.

Conforme a Lei 12.276, o instrumento contratual deveria ser revisado em cinco anos, contados das declarações de comercialidade das jazidas, que ocorreram entre os finais de 2013 e 2014.

Perfurados poços nos blocos concedidos, verificou-se que a

área da CESSÃO ONEROSA, contém quantidades de óleo e gás, muito superiores às inicialmente previstas.

À luz dos dados disponíveis pode-se afirmar que os blocos contratados têm jazidas contendo volumes de petróleo recuperáveis variando entre 9,8 e 15,2 bilhões de barris, ou seja, o excedente aos 5,0 bilhões de barris contratados.

Em 2014, com fundamento na Lei 12.351 que autoriza a União a contratar a PETROBRÁS diretamente nos casos de INTERESSE NACIONAL, o Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, decidiu pela contratação da PETROBRÁS para este excedente. Isto está registrado em Memória da Vigésima Oitava Reunião Ordinária do CNPE e também na Resolução 01 de 2014..

Além de legal, esta contra-

tação se justificou pela facilidade, rapidez na exploração das jazidas, integração da infraestrutura e compensação à PETROBRÁS, pelos enormes investimentos, riscos e desafios tecnológicos vencidos nas operações. Na área, a PETROBRÁS perfurou mais de 50 poços e realizou muitos testes de longa duração.

Agora, em procedimento que só encontra explicação na onda entreguista e desnacionalizante que tomou conta do país, procura-se tirar da PETROBRÁS, direitos que lhe foram legalmente outorgados, conquistados com riscos por ela corridos e vultosos investimentos realizados.

Para isso pretendem alterar a lei. E procedem de forma vergonhosa e intolerável, mediante projeto de iniciativa do deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA), de número 8939/2017, já aprovado na Câmara dos Deputados, e enviado, às pressas, ao Senado Federal.

Assunto como este, envolvendo jazidas de petróleo avaliadas em TRILHÕES DE DÓLARES, foi votado, EM REGIME DE URGÊNCIA, durante a euforia e com todas as atenções da sociedade voltadas para a COPA DO MUNDO. Sem debates, sem discussões, sem o contraditório, numa li-

geireza característica dos esperalhões que subtraem direitos e riquezas do povo brasileiro. Descartadas as Comissões Técnicas da Câmara dos Deputados, onde parlamentares, técnicos e a sociedade, poderiam se manifestar, democraticamente, sobre matéria desta relevância.

Uma verdadeira espoliação dos direitos da PETROBRÁS, nossa maior empresa, descobridora do PRÉ-SAL, líder neste tipo de operação offshore, que correu os riscos e aportou bilhões de dólares na perfuração de muitos poços.

Registe-se aqui que a CESSÃO ONEROSA é, de acordo com o contrato, INTRANSFERÍVEL.

Salvo o posicionamento entreguista dos que patrocinam esta entrega de ricas jazidas de petróleo que pertencem, por todas as razões, ao povo brasileiro, não há explicação plausível para a mesma.

No pré-sal, como de resto em todas as demais províncias, a PETROBRÁS vem operando com competência, agilidade, segurança e desenvolvendo tecnologias premiadas, sucessivas vezes, por entidades de renome internacional.

*\*Ricardo Maranhão, ex-deputado federal (PSB-RJ) é Conselheiro do Clube de Engenharia.*

**Beneficiários aposentados e pensionistas com pagamento em contracheque que não realizaram o recadastramento poderão fazer atualização cadastral até o dia 30 de outubro**

**B**eneficiários aposentados e pensionistas com pagamento em contracheque que não realizaram o recadastramento poderão fazer a Atualização Cadastral até o dia 30/10/2018, pelo Botão Compartilhado no serviço “ATUALIZAÇÃO CADASTRAL AMS” ou na Central de Relacionamento RH, antigo Posto Avançado.

**1. Como aposentados e pensionistas com pagamento em contracheque que não realizaram o recadastramento deverão proceder?**

Os aposentados e pensionistas com pagamento em contracheque que não realizaram o recadastramento já poderão atualizar seus dados pelo Botão Compartilhado no serviço “ATUALIZAÇÃO CADASTRAL AMS”.

**2. Até quando esse serviço estará disponível?**

Em princípio, o serviço de “ATUALIZAÇÃO CADASTRAL AMS” estará disponível até 30/10/2018.

**3. Os aposentados e pensionistas com pagamento em contracheque que não realizaram o recadastramento poderão ter a AMS suspensa?**

A validade da AMS será mantida para que o beneficiário possa fazer a atualização cadastral até 30/10/2018.

*De acordo com o Regulamento da AMS, Cláusula 93ª, Parágrafo Único - letra “M”, disponível aqui, o benefício poderá ser suspenso caso não seja realizada a atualização cadastral.*

**4. Como posso saber se meu recadastramento foi concluído ou se existem pendências?**

A equipe do RH/AMS ainda está analisando os formulários. Caso seja necessário o RH/AMS entrará em contato com o (a) senhor (a) para solicitar documentação complementar. O importante é que sua validade na AMS está mantida até que esta análise, pela equipe do RH/AMS, seja concluída.

**5. Fiz o recadastramento por intermediação pelo 0800 - opção 5 (intermediação: envio do formulário pelo correio), e ainda não recebi o formulário pelo correio, o que devo fazer?**

Seu formulário está sendo emitido pelo RH/AMS até o dia 30/08 o (a) senhor(a) receberá pelo correio. Sua validade na AMS está mantida. No seu caso, não será necessário fazer a “ATUALIZAÇÃO CADASTRAL”.

**6. Meu protocolo foi devolvido solicitando informações ou documentos complementares. O que devo fazer?**

O(a) senhor(a) deverá abrir o link e fazer as correções necessárias conforme solicitado. Caso o protocolo tenha sido devolvido a mais de 10 dias ele será cancelado. Nesse caso será necessário fazer a atualização cadastral. A atualização dos seus dados já pode ser feita pelo Botão Compartilhado no serviço “ATUALIZAÇÃO CADASTRAL AMS”.

**7. Meu protocolo foi cancelado. O que devo fazer?**

O(a) senhor(a) poderá fazer a atualização cadastral através do Botão Compartilhado no serviço de “ATUALIZAÇÃO CADASTRAL AMS”, até o dia 30/10/2018.

**PAPO RETO**

1) O regime de governo do Presidente Michel Temer é muito confuso. Parece que eles estão tentando superar as maldades dos anos de chumbo da Ditadura Militar (1964/1985) com arbitrariedades em todas as esferas de poder. Como já não bastassem as reformas políticas em cima do trabalhador e das entregas das riquezas nacionais ao capital internacional com a ajuda do poder Judiciário, eles agora protagonizaram episódio inédito dentro dos tribunais, pois prenderam e algemaram uma Advogada em pleno exercício da profissão. O fato ocorreu no 3º Juizado Especial Cível de Duque de Caxias sob ordens de uma juíza leiga. As eleições majoritárias estão chegando, não vemos a hora de passar tudo isso a limpo!

2) Para o conjunto dos anistiados que busca reparação política-econômica, de memória e de verdade através do Ministério da Justiça é preocupante o seu futuro. Somos dezenas de ex-empregados da Petrobras, a maioria falecidos e representados pelos familiares que lutam juntos a ASTAPE-RJ pela anistia política. Bom lembrar que esses guerreiros lutaram por uma empresa soberana, nacional e que hoje é o orgulho da sociedade brasileira. A recompensa por esse trabalho foi humilhação, tortura e desemprego daqueles que se organizaram em defesa do monopólio estatal do petróleo. O ministro da justiça alega que não pode analisar

os milhares de requerimentos, para isso existe a Comissão de Anistia, mas mesmo assim os requerimentos de anistia que são analisados e deferidos por essa comissão ainda passam pelo crivo do Secretário Executivo do Ministério da Justiça, coronel Gilson Libório para ser aprovada, e aí a história muda, pois esse coronel indefere os requerimentos aprovados e o ministro não assina as portarias. Que dureza a vida do trabalhador!

3) A pressa da PETROBRAS em fazer o recadastramento de seus associados já teve vários adiamentos, agora o novo prazo é 30 de outubro. O alvo dessa operação é, entre outras aferições, o benefício da assistência médica supletiva, que caiu muito de qualidade para os assistidos. Atualmente os profissionais de saúde não fazem mais questão de conveniar-se com a Petrobras, pois os pagamentos são demorados e possuem tabela da Petrobras que pratica um preço bem baixo causando transtornos para esses profissionais. Quem paga por tudo isso são os trabalhadores!

4) Mês passado cobramos os repasses aos salários dos anistiados do índice de 1,73% do ano passado e até agora nada. Chegamos a setembro e outro reajuste já calculado é de 4,19%, estamos no aguardo desses repasses nos salários dos anistiados, pois faz falta a qualquer trabalhador. Quando será!

**COMUNICADO DA ASTAPE PARA OS ASSOCIADOS ANISTIADOS POLÍTICOS E PENSIONISTAS RECADASTRAMENTO MPOG/2018**

**O RECADASTRAMENTO É NO BANCO, É OBRIGATÓRIO E ANUAL, SEMPRE NO MÊS DO SEU ANIVERSÁRIO.**

A partir de agora, o ato de recadastramento anual dos servidores públicos aposentados, dos pensionistas e dos anistiados políticos que recebem pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) passará a ser feito em qualquer agência da instituição bancária onde lhe é pago o provento ou benefício. Agora, além das agências do Banco do Brasil e da Caixa, outras oito instituições estão credenciadas. São estas: Santander, Banrisul, Bradesco, Itaú, Banese, Cecoopes, Sicredi e Bancoob. Quem receba por elas, deverá procurar qualquer de suas agências para fazer o recadastramento. O modelo do recadastramento permanece o mesmo. O servidor aposentado, o pensionista ou o anistiado político deve comparecer pessoalmente ao banco no mês do seu aniversário, portando documento oficial de identificação, com foto, e CPF (RG, Carteira Nacional de Habilitação). Quem estiver impossibilitado de comparecer a uma agência bancária deve entrar em contato com a unidade de recursos humanos à qual está vinculado, para receber orientações de como realizar a prova de vida.

O objetivo do Governo Federal é garantir o correto pagamento do benefício.

**DÚVIDAS FREQUENTES**

Se você é aposentado ou pensionista do Governo Federal, ou ainda anistiado político civil, faça seu recadastramento. O recadastramento é no banco, é obrigatório e anual, sempre no mês do seu aniversário.

# 39º aniversário da Lei de anistia

Nada diferente de anos recentes, o aniversário da Lei 10559/2002 – a lei da Anistia foi marcada mais uma vez pela dor, sofrimento, esperança e acima de tudo protesto. Os trabalhadores, remanescentes da ditadura militar juntamente com outras vítimas do autoritarismo, como camponeses, militares, estudantes, servidores públicos das três esferas do poder, pensionistas reuniram-se em Brasília, DF, nos dias 27, 28 e 29 de agosto próximo passado para num esforço hercúleo e organizadamente mostrarem disposição de luta, reviver o passado e reafirmar que a luta continua, reclamar os Direitos Humanos de reparação, indenização e memória dos que tombaram e também dos sobreviventes daquela época obscura. Exatamente nestes tempos de perplexidades que aflige a sociedade brasileira com Desemprego em massa, perdas dos direitos sociais, reformas trabalhistas, escândalos de corrupção governamentais, aumento brutal da violência urbana, a ausência do Estado na Educação e na Saúde, a intervenção militar para o combate ao narcotráfico no Rio de Janeiro, da Mobilidade urbana aos aumentos abusivos dos combustíveis, nas privatizações desenfreadas dos setores energéticos e de serviços, na relação promíscua do Estado com o poder judiciário e nos serviços essenciais da qualidade de vida dos cidadãos brasileiros. Exatamente nesse clima político os **ANISTIANDOS POLÍTICOS** vieram até a Capital Federal na esperança de conquistar a **ANISTIA POLÍTICA**, que materializada em lei, aliás, a Lei da Anistia é conquista da mobilização social, vindos de todas as par-

tes do BRASIL, condensar sua luta e sensibilizar autoridades da real situação vivida pelas vítimas da repressão militar dos tempos da ditadura. São trabalhadores de várias categorias, Metalúrgicos, Aeroviários, Petroleiros, Petroquímicos, Marítimos, Militares, Jornalistas, Ecetistas (Correios), Professores, camponeses, e etc... Muitos Anistiandos vieram organizados em associações de aposentados, anistiados e pensionistas. Outros chegaram em caravanas, como CUT, FNP, CONLUTAS, Plenária Paulista para comemorarem o aniversário da anistia em consonância com os anistiados e manifestaram solidariedade aos protestos pela anistia. Nós da ASTAPE, viemos com nossos próprios e poucos recursos, trazendo nossas reivindicações com faixas, informativos, uniformizados e cheios de esperanças de dias mais prósperos. Éramos quinze entre pensionistas, aposentados, Anistiados e Anistiandos. Chegamos ao plenário Ulysses Guimarães no dia 27 bem cedo, colocamos nossas faixas, distribuímos nossos informativos, alguns documentos encadernados sobre Anistia, que relatam perseguições dos militares e chefias aos trabalhadores da Petrobras. A mesa de abertura do encontro foi comandada pelo deputado federal Vicentinho PT-SP e Érica Kocay PT-DF e tiveram apoio da subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, representantes das entidades de anistia e dos representantes das Centrais. As intervenções dos deputados e dos apoiadores foram muito significativas e o ato terminou com a execução do hino “A Internacional” por um saxofonista, fato que agradou a todos. A tarde do mesmo dia fo-

mos para o plenário 2 da Câmara dos Deputados a fim de debater as necessidades atuais de organização. Foram discutidas várias propostas, essa reunião teve desdobramentos até a noite sob o comando da ASTAPE que se empenhou para manter a unidade na luta. No dia 28 realizou-se audiência pública da Comissão dos Direitos Humanos e da subcomissão parlamentar de Memória e Justiça no plenário 1 do Anexo 2, da Câmara dos Deputados e tendo a mesa composta com palestrantes ligados aos movimentos pela anistia: advogada Senhora Irene Gomes do Movimento dos Camponeses do Araguaia, representante do Ministério Público Federal do DF e Territórios, senhor Ivan Marx representante do ministério público federal do DF e territórios, senhora Eugênia Gonzaga presidente da Comissão sobre mortos e desaparecidos políticos, senhora Débora Duprat, procuradora federal dos direitos dos cidadãos, capitão Wilson presidente da associação de militares anistiados – AMPLA, senhor João Paulo representante de entidades de anistiados civis e presidente da AMAA-ABC (associação dos metalúrgicos aposentados e anistiados do ABC paulista) e o advogado VIRGÍNIUS pelo movimento dos anistiados da Paraíba, senhor Paulo H. Khun presidente da Comissão de Anistia e o deputado PT-PB senhor LUIS COUTO. As brilhantes intervenções destes representantes deram o clima do encontro, pois inúmeros fatos probatórios da repressão aos cidadãos, camponeses e trabalhadores perderam as evidências pelo fato da repressão ter destruído documentos e provas. São muitas injustiças ainda sem

reparação que aguardam a justiça. Os participantes também puderam expor suas ideias. Pela ASTAPE se pronunciou o diretor e anistiado político Adelino Chaves, figura muito conhecida pelos presentes, remanescente e sobrevivente do golpe militar de 1964, que narrou às lutas em defesa da PETROBRAS e das arbitrariedades cometidas pelos interventores militares na REDUC e na FABOR inclusive transformando a FABOR em presídio de trabalhadores onde houveram muitas torturas. E também de inúmeras demissões sofrida pelos trabalhadores somente pelo fato de ser sindicalizados. Falou também dos requerimentos da ASTAPE e dos que ainda lutam por anistia como os grevistas do ABC paulista e outras categorias. Outros companheiros também se pronunciaram trazendo fatos que sensibilizaram os presentes. O dia passou rápido e terminou com a criação da comissão permanente para agilizar os trâmites da Anistia da qual a ASTAPE se fará presente através do seu representante. Assim os delegados ASTAPE tiveram a sensação do dever cumprido, pois participaram diretamente da luta renhida que é a luta pela anistia política na atual conjuntura. Não tivemos nenhum incidente seja de percurso, seja de estadia, nesse sentido nossa presença enriqueceu muito o encontro dos ANISTIADOS E ANISTIANDOS.

VIVA A ASTAPE

VIVA OS ANISTIADOS

VIVA OS ANISTIANDOS

VIVA OS TRABALHADORES

# Diga não à entrega do petróleo da cessão onerosa

O PLC 78/2018 autoriza a Petrobrás a transferir até 70% dos direitos de exploração de petróleo do pré-sal na área cedida onerosamente pela União para outras petroleiras. O projeto, de iniciativa do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), também flexibiliza a utilização do regime licitatório das sociedades de economia mista, em detrimento da transparência.

Já aprovado na Câmara, em regime de urgência e na calada da noite, em plena euforia da Copa do Mundo, o texto

aguarda votação no Senado.

Você pode ajudar a impedir esse absurdo votando NÃO na consulta pública.

O excedente da Cessão Onerosa está avaliado entre 9,0 e 14,00 bilhões de barris. O projeto não passou pelas Comissões Técnicas, apesar de representar uma riqueza potencial de mais de UM TRILHÃO DE DÓLARES, quando se considera um barril de óleo a US\$ 70,00.

Você também pode pressionar os senadores por telefone ou nas redes sociais.

## Aniversariantes mês de SETEMBRO

Adauto Gomes dos Santos	15/09/2018
Anilda Silva Macena	19/09/2018
Antonio Gonzaga Pinheiro	25/09/2018
Carlos Alberto Marques da Silva	08/09/2018
Damiana Silva dos Santos	26/09/2018
Eva Maria de Freitas Silva	18/09/2018
Genobre Gomes Lima	08/09/2018
Ilza Ferreira Bernardo	19/09/2018
Ivan Ferreira Barros	28/09/2018
Jane Oliveira da Conceição Costa	07/09/2018
Jatiniel Jeronimo	25/09/2018
Jose Candido Amorim	07/09/2018
Magna da Silva Rold	02/09/2018
Maria de Fatima da Silva Moraes	21/09/2018
Monica Maria Ribeiro Chaves	05/09/2018
Nelma Maria Antunes Vianna	10/09/2018
Nilton de Souza	07/09/2018
Raimunda Ferreira de Araujo	05/09/2018
Rozalina Rosa de Souza Salles	04/09/2018
Ruy Fernandes	01/09/2018
Sergio Madureira Freire	11/09/2018
Sonia Maria Saldanha Carius Ferreira	17/09/2018
Therezinha Monteiro de Castro	15/09/2018
Valeria Ferreira Soares	12/09/2018
Zilma Madeira	16/09/2018

## OBITUÁRIO

É com muito pesar que noticiamos estes falecimentos.

A Diretoria da ASTAPE, e seus associados comungam com a dor de seus familiares.

Herminio Ferreira Soares	☆ 24/05/1934	☩ 28/08/2018
Antônio Guimarães Nascimento	☆ 13/06/1941	☩ 28/08/2018
Maria Aparecida Silva Alvim	☆ 19/11/1926	☩ 18/09/2018

## PETROBRAS/AMS tem novo padrão para beneficiários que pagam contribuições por boleto bancário

Em adequação às disposições da Lei 9656/98 (artigo 13, inciso II), a AMS promoveu alterações nas normas vigentes de forma a delimitar um período para que o beneficiário inadimplente mantenha o direito de retornar à AMS mediante quitação integral dos débitos.

A previsão normativa já indicava a suspensão do benefício, em caso de inadimplência, em um período superior a 60 dias, consecutivos ou não. Com esta alteração, caso o boleto em aberto não seja pago em um prazo máximo de 90 dias após a suspensão do benefício, o beneficiário e seus dependentes perderão definitivamente o direito de retornarem à AMS.

Vale ressaltar que o prazo definido para a suspensão definitiva é mais extenso que o disposto na legislação em referência, já que a Agência Nacional de Saúde permite a rescisão unilateral do contrato por não-pagamento da mensalidade por período superior a 60 dias. No caso da AMS, o contrato só será rescindido após 90 dias da data de suspensão.

## COMUNICADO IMPORTANTE AOS ASSOCIADOS

A Diretoria da ASTAPE informa aos seus Associados (as), que a partir de JULHO de 2018 estará **SUSPENSO A INCLUSÃO DE ASSOCIADOS E DEPENDENTES** no Contrato de Prestação de SERVIÇO de ASSISTÊNCIA FUNERAL junto a RIO PAX com a associação.

Informamos a todos os Associados (as), os números dos telefones da ASSISTÊNCIA FUNERAL RIO PAX, (Central de Atendimento) 0800726-1100 e (21) 2187-1100, (24 horas) 0800282-5672 e (21) 2252-1000.

Maiores informações procurem a ASTAPE.

Duque de Caxias, 02 de Julho de 2018.

*Atenciosamente, Genobre Gomes Lima - Presidente da ASTAPE*



**ASTAPE** Jornal da Associação de Aposentados e Anistiados da Petrobras/Estado-RJ

Distribuição em todas as unidades da Petrobras e no Estado do Rio de Janeiro e Associados da ASTAPE

## DIRETORIA EXECUTIVA EFETIVA

<b>PRESIDENTE</b> Genobre Gomes Lima	<b>2º TESOUREIRO</b> Maurício Fabiano De Castro	<b>1º DIRETOR DE PATRIMÔNIO</b> Djalma De Freitas
<b>VICE-PRESIDENTE</b> Luiz Soares de Oliveira	<b>1º PROCURADOR</b> Nilton Peixoto De Andrade	<b>2º DIRETOR DE PATRIMÔNIO</b> Raimunda Maria Machado
<b>1º SECRETÁRIO</b> Luiz Carlos Martins de Souza	<b>2º PROCURADOR</b> João Carlos Araújo Santos	<b>CONSELHO FISCAL</b> Vergílio Gonçalves
<b>2º SECRETÁRIO</b> Odilon Lopes Duque	<b>1º DIRETOR SOCIAL</b> Maria De N. Costa Freitas	Moacir Ferreira De Lima
<b>1º TESOUREIRO</b> Adelino Ribeiro Chaves	<b>2º DIRETOR SOCIAL</b> Ivan Gomes Barata	Dejanir Rodrigues Bastos
		<b>REPRESENTANTES DA FEDERAÇÃO:</b> Jose Rodrigues da Silva Rosa Maria Paulo Torres

Avenida Governador Leonel de Moura Brizola, 1995 - Salas 401 ao 404/501/503 - CEP: 25010-001  
Centro - Duque de Caxias - RJ

Telefones: (21) 2671-5263 / 7274 / 2771-1801-Fax: 2672-2848

E-mail: astapecaxias@gmail.com | astape@astape.com.br | Site: www.astape.com.br  
Sede Campestre: Rua A, 290 - Leque Azul - Mauá - Magé - CEP: 25900-000 Tel.: (21) 2631-0810

COMPOSIÇÃO  
PROGRAMAÇÃO VISUAL



**Admilson Trajano**  
99867-7755  
www.admilsontrajano.com  
admilsontrajano@gmail.com